

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores:

A Administração da Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A. submete à sua apreciação as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 de acordo com a Legislação vigente. Em 27 de março a Companhia publicou no Diário Oficial e no Valor Econômico suas Demonstrações Financeiras findo em 31 de dezembro de 2018, porém a Companhia encaminhou equivocadamente a versão não oficial do relatório do auditor independente, por este fator a Companhia está republicando sua Demonstração Financeira na íntegra com a devida correção, com tudo, não há alteração no conteúdo das demonstrações financeiras. Agradecemos aos nossos Clientes, Associados, Fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em nossa administração e aos nossos Colaboradores pelo indispensável comprometimento, empenho e dedicação demonstrado para obtenção destes resultados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Ativo	Notas	31 de dezembro de		Passivo e patrimônio líquido	Notas	31 de dezembro de	
		2018	2017			2018	2017
Circulante		27.021	27.124	Circulante		26.098	34.797
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.354	681	Empréstimos e financiamentos a pagar	12	3.131	10.066
Aplicações financeiras	6	1.545	1.086	Fornecedores		7.116	9.748
Contas a receber de clientes	7	9.171	14.307	Provisões de imposto de renda e contribuição social		2.465	817
Outros ativos circulante	8	7.366	8.572	Salários a pagar		4.397	3.265
Estoques		2.466	2.356	Tributos e encargos sociais a recolher	11	7.683	5.598
Créditos tributários e previdenciários		119	122	Outros passivos circulante		1.306	5.303
Não circulante		17.423	28.284	Não circulante		29.683	17.810
Impostos diferidos ativo	9	5.329	-	Tributos e encargos sociais a recolher	11	13.476	14.270
Depósitos judiciais		115	-	Empréstimos e financiamentos a pagar	12	1.151	2.310
Outros ativos circulante	8	-	335	Provisões para ações judiciais	13	12.526	-
Investimento		4	4	Outros passivos não circulante		955	1.230
Imobilizado	10	11.975	27.945	Provisões para tributos diferidos	9	1.575	-
				Capital social	14	(11.337)	2.801
				Reservas:		17.010	969
				Reservas de lucros		4.324	17.866
				Reservas de reavaliação		45	45
				Prejuízo líquido do acumulado		(32.671)	(16.034)
				Total do passivo e do patrimônio líquido		44.444	55.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Reserva de reavaliação	Prejuízo líquido acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	969	45	18.161	(17.513)	1.662
Lucro do exercício	-	-	-	1.140	1.140
Reserva de reavaliação	-	-	(339)	339	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	969	45	17.822	(16.034)	2.802
Aumento de capital	988.041	-	-	-	988.041
Capital a integralizar	(980.000)	-	-	-	(980.000)
Reserva de lucros	-	-	-	(16)	(16)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	8.000	-	-	-	8.000
Reserva de reavaliação	-	-	(13.543)	-	(13.543)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(16.621)	(16.621)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	17.010	45	4.279	(32.671)	(11.337)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A. (doravante denominada por "Companhia") é uma sociedade constituída na forma de sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede em Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, localizada na rua Dr. Osmar Marinho Couto nº 71, Bairro Alto do Ipiranga. A Companhia tem por objetivo a prestação de serviços hospitalar e odontológico, por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares e participação como sócia, acionista ou quotista no capital de sociedades.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
a) Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

A Companhia, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (ii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e em especial, aquelas sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão à Administração em 28 de março de 2019.
b) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional definida para a Companhia.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
• Perda de recuperabilidade sobre créditos;
• Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
• Teste de redução ao valor recuperável de ativos; e
• Provisões para ações judiciais;

d) Segregação entre circulante e não circulante
A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

• Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.

• Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado.

• Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

E caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

• Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.

• Está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.

• A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

e) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2018 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia
As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia são:

• CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil.
• IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda.
• A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor com a aprovação da ANS.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

b) Instrumentos financeiros (CPC-48 - Norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2018)
Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração.

O CPC 48 mantém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Como alteração, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros, como: mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e redução ao valor líquido de caixa de ativos financeiros e aplica novos critérios para o reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos financeiros.

Os efeitos da transição e aplicação da norma a Companhia realizou a avaliação dos modelos com base nos critérios requeridos dos seguintes tópicos:

• A avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros.

• A determinação do modelo de negócio, que representa a forma com que a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros.

• As determinações das variáveis relacionadas às estimativas de perda dos valores recuperáveis.

A Companhia realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características de fluxo de caixa de seus ativos e passivos financeiros, sendo as principais alterações decorrentes da adoção do IFRS 9.

Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: Custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, Valor Justo por meio do Resultado.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

d) Perda de recuperabilidade sobre créditos
São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos e da provisão para liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras.

f) Imobilizado
Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)
A Administração efetua a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (*impairment*), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação.

h) Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros" pelo método de custo amortizado.

i) Tributos diferidos
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes
Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Os tributos correntes relativos a itens reconhecidos diretamente ao patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regularização fiscal, requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos
Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

• Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

• Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controladas, em que o investidor não tem controle e a administração não é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto:

• Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal).

• Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

j) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes
A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

k) Reconhecimento de receitas operacionais
As receitas com serviços prestados às operadoras de planos de saúde e pacientes particulares são reconhecidas pelo regime de competência.

l) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados
Os custos com serviços prestados são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

Risco de crédito
Um dos riscos de crédito advém da possibilidade de não receber valores decorrentes dos créditos vencidos. Por meio de controles internos adequados, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber.

Risco de liquidez
A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia. A Companhia procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso a Companhia elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados.

	% - a.a.	R\$	Provável	Taxa	-25%	Taxa	Cenário 1%	Taxa	-50%	Taxa	Cenário 50%
Aplicações financeiras											
CDBs	CDI	6,40%	247	16	4,80%	12	8,00%	20	3,20%	8	9,60%
Fundo de renda fixa abertos	Selic	6,50%	1.298	84	4,88%	63	8,13%	105	42	9,75%	
			1.545	100		75		125	50		151
Empréstimos e financiamentos											
Empréstimos e financiamentos	85% CDI + 1,955% a.a.	7,50%	4.080	306	6,11%	249	8,89%	363	4,73%	193	10,27%
Outros	CDI	6,40%	202	13	4,80%	10	8,00%	16	3,20%	6	9,60%
			4.282	319		259		379	199		438
				419		334		504	249		589

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras de liquidez imediata possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significante risco de mudança de valor, e a Companhia possui direito de resgate imediato.

	31 de dezembro de 2018	2017
Caixa e bancos	5.764	40
Aplicações de Liquidez imediata	590	641
	6.354	681

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras eram em certificado depósito bancário no montante de R\$ 567 (R\$ 234 em 31 de dezembro de 2017) e Fundo de renda fixa abertos no valor de R\$ 978 (R\$ 852 em 31 de dezembro de 2017), ambos com nível 2 e com vencimentos até um ano.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição das contas a receber de clientes era:

	31 de dezembro de 2018	2017
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	13.188	16.606
(-) Perda de glosa esperada	(398)	(-)
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(3.619)	(2.299)
Contas a receber de clientes	9.171	14.307

A abertura do Saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	31 de dezembro de 2018	2017
Perda de recuperabilidade sobre créditos	Saldo	Saldo líquido
De 1 a 30 dias	4.958	4.958
Acima de 30 dias	769	769
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	764	764
De 31 a 90 dias	1.565	1.565
Acima de 90 dias	5.132	(4.017)
Contas a receber de clientes	13.188	(4.017)

	31 de dezembro de 2018	2017
Perda de recuperabilidade sobre créditos	Saldo	Saldo líquido
De 1 a 30 dias	2.667	2.667
Acima de 30 dias	6.231	6.231
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.043	1.043
De 31 a 90 dias	1.432	1.432
Acima de 90 dias	5.233	(2.299)
Contas a receber de clientes	16.606	(2.299)

10. IMOBILIZADO

	Vida útil	Taxa anual de depreciação - % a.a.	31 de dezembro de 2017	Aquisições
--	-----------	------------------------------------	------------------------	------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31 de dezembro de 2018	2017
Prestação de serviços médico-hospitalar	98.664	91.777
(-) Glosa sobre serviços médico-hospitalar	(2.341)	(1.949)
Receitas de serviços prestados	96.323	89.828
(-) Tributos diretos de prestação de serviços médico-hospitalar	(6.274)	(5.117)
Impostos sobre serviços prestados	(6.274)	(5.117)
Receitas líquidas de serviços prestados	90.049	84.711

16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31 de dezembro de 2018	2017
Pessoal	(24.429)	(22.225)
Serviços de terceiros	(20.364)	(23.809)
Localização e funcionamento	(14.827)	(13.281)
Provisão (reversão) para contingências	(11.309)	-
Provisão para perdas	(1.014)	-
Tributos	(523)	(504)
Publicidade e propaganda	(107)	(93)
Depreciação e amortização	(29)	(21)
Outras	(10.444)	(756)
	(83.046)	(60.689)

A DIRETORIA

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31 de dezembro de 2018	2017
Receitas com aplicações financeiras	186	131
Juros recebidos	20	15
Descontos obtidos	70	601
	907	747
Variação monetária passiva	(5.137)	-
Multas e juros	(4.128)	(3.579)
Tarifas bancárias	(1.003)	(1.251)
Descontos concedidos	(57)	(20)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.567)	(3.191)
	(14.892)	(8.041)
	(13.985)	(7.294)

Resultado financeiro líquido

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Incorporação Demás Participações S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 28 de fevereiro de 2019, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Demás Participações S.A. pela controlada Hospital Santana S.A.. O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas foi emitido em 28 de fevereiro de 2019 por empresa independente. A incorporação ocorreu em 02 de março de 2019 com objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

b) Aquisição Grupo Green Line

Em 24 de janeiro foi concluída a aquisição do Grupo Green Line, a Companhia assumiu o controle das empresas do Grupo em 24 de janeiro de 2019.

31 de dezembro de

	2018	2017
Receitas com aplicações financeiras	186	131
Juros recebidos	20	15
Descontos obtidos	70	601
	907	747
Variação monetária passiva	(5.137)	-
Multas e juros	(4.128)	(3.579)
Tarifas bancárias	(1.003)	(1.251)
Descontos concedidos	(57)	(20)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.567)	(3.191)
	(14.892)	(8.041)
	(13.985)	(7.294)

O valor da aquisição é de R\$ 1.168.425, conforme contrato assinado e foi paga em 24 de janeiro de 2019, uma parcela à vista de R\$ 948.425 e permanecerá uma parcela retida até 25 de janeiro de 2025. A Companhia está providenciando conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, através de empresa independente o Laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Green Line, composto pelas empresas Green Line, Laboratório Bio Master, Hospital Braz e Pronto Socorro Itamaraty.

Contraprestação 1.168.425
(-) Parcela retida (220.000)
948.425

A aquisição foi aprovada em 24 de janeiro de 2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 8/2019/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição do Grupo Green Line.

Em 14 de dezembro de 2018 a transação havia sido aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) por meio do ato de concentração 08700.005704/2018-21.

Integralização de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizado em 18 de dezembro de 2018 a Companhia aprovou o aumento de capital em R\$ 980.000. Sendo integralizados no dia 25 de outubro de 2018 R\$ 8.041 e o saldo a integralizar de R\$ 972.000.

Em 24 de janeiro de 2019, ocorreu a integralização do capital social através de Afac no valor de R\$ 971.000. Em 21 de fevereiro de 2019, ocorreu a integralização do capital social através de Afac no valor de R\$1.000.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2019 a Companhia realizou a integralização e o aumento de capital da controlada. Dessa forma o capital social passa a ser de R\$ 969.000 para R\$ 989.009, mediante a emissão de 20.393 novas ações nominativas, sem valor nominal ao preço de R\$ 48.450,00 por ação, sendo todas ordinárias.

CONTADOR: Josué Laurentino da Silva - CRC 1SP 256.620/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outras informações - Demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017 apresentadas para fins de comparação não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes e desta forma, não expressamos uma opinião para esta data base.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Aos: Administradores e Acionistas

Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A.

Mogi das Cruzes - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A., ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras.

Ênfase - Patrimônio Líquido a descoberto

Em 31 de dezembro de 2018, a Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A., apresentou a somatória do capital circulante e não circulante negativo e por consequência o patrimônio líquido a descoberto no montante de R\$ 11.337 mil. É importante salientar que em Outubro de 2018 a "Sociedade" foi adquirida pelo grupo Notre Dame Intermédica Saúde S.A., e a atual Administração está evitando esforços com o objetivo de assegurar a recuperação financeira da Sociedade mediante aportes realizados pelo grupo econômico.

Nossa opinião não está ressalvada perante o referido assunto.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019

RSM

RSM Acal Auditores Independentes - Sociedade Simples Newton Clayton dos Anjos Mencinaukis
CRC RJ 004.080/O-9 Contador - CRC 1SP-221.286/O-1